



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE “A” A “Z” TIPOS BIOLÓGICO, SIMILARES, GENÉRICOS E ÉTICOS COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO CONSTANTES NA TABELA CMED/ANVISA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CORRENTE – SP.

1.2. Aquisição de medicamentos de “A” A “Z” tipos biológico, similares, genéricos e éticos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento demais exigências para execução contratual:

1.3. COTA (1) PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM 75%:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	VALOR ESTIMADO	DESCONTO MÍNIMO
01	01	UND.	MEDICAMENTOS GENÉRICOS INJETAVEIS DE USO HOSPITALAR: MEDICAMENTOS GÉNERICOS INJETAVEIS DE “A” a “Z” DE USO HOSPITALAR, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. EMBALAGEM HOSPITALAR. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 307.500,00	50,01%
02	01	UND.	MEDICAMENTOS SIMILARES INJETAVEIS DE USO HOSPITALAR: MEDICAMENTOS SIMILARES INJETAVEIS DE “A” a “Z” DE USO HOSPITALAR, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. EMBALAGEM HOSPITALAR. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 300.000,00	45,00%
03	01	UND.	MEDICAMENTOS ÉTICOS INJETAVEIS DE USO HOSPITALAR: MEDICAMENTOS ÉTICOS INJETAVEIS DE “A” a “Z” DE USO HOSPITALAR, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS	R\$ 75.000,00	1,00%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

			(CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. EMBALAGEM HOSPITALAR. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos		
04	01	UND.	MEDICAMENTOS GENÉRICOS NÃO INJETAVEIS: MEDICAMENTOS GÉNERICOS NÃO INJETAVEIS DE "A" a "Z" PARA REPOSIÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 375.000,00	48,43%
05	01	UND.	MEDICAMENTOS SIMILARES NÃO INJETAVEIS: MEDICAMENTOS SIMILARES NÃO INJETAVEIS DE "A" a "Z" PARA REPOSIÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 352.500,00	45,80%
06	01	UND.	MEDICAMENTOS ÉTICOS NÃO INJETAVEIS: MEDICAMENTOS ÉTICOS NÃO INJETAVEIS DE "A" a "Z" PARA REPOSIÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 150.000,00	0,99%
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA 75%				R\$ 1.560.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

1.4. COTA - (02) RESERVADA COM 25% PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	VALOR ESTIMADO	DESCONTO MÍNIMO
7	01	UND.	MEDICAMENTOS GENÉRICOS INJETAVEIS DE USO HOSPITALAR: MEDICAMENTOS GÉNICOS INJETAVEIS DE “A” a “Z” DE USO HOSPITALAR, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. EMBALAGEM HOSPITALAR. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 102.500,00	50,01%
8	01	UND.	MEDICAMENTOS SIMILARES INJETAVEIS DE USO HOSPITALAR: MEDICAMENTOS SIMILARES INJETAVEIS DE “A” a “Z” DE USO HOSPITALAR, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. EMBALAGEM HOSPITALAR. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 100.000,00	45,00%
9	01	UND.	MEDICAMENTOS ÉTICOS INJETAVEIS DE USO HOSPITALAR: MEDICAMENTOS ÉTICOS INJETAVEIS DE “A” a “Z” DE USO HOSPITALAR, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. EMBALAGEM HOSPITALAR. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 25.000,00	1,00%
10	01	UND.	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS INJETAVEIS DE USO HOSPITALAR: MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS INJETAVEIS DE “A” a “Z” DE USO HOSPITALAR, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE	R\$ 50.000,00	1,60%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

			REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. EMBALAGEM HOSPITALAR. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos		
11	01	UND.	MEDICAMENTOS GENÉRICOS NÃO INJETAVEIS: MEDICAMENTOS GÉNICOS NÃO INJETAVEIS DE "A" a "Z" PARA REPOSIÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 125.000,00	48,43%
12	01	UND.	MEDICAMENTOS SIMILARES NÃO INJETAVEIS: MEDICAMENTOS SIMILARES NÃO INJETAVEIS DE "A" a "Z" PARA REPOSIÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 117.500,00	45,80%
13	01	UND.	MEDICAMENTOS ÉTICOS NÃO INJETAVEIS: MEDICAMENTOS ÉTICOS NÃO INJETAVEIS DE "A" a "Z" PARA REPOSIÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos	R\$ 50.000,00	0,99%
14	01	UND.	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS NÃO INJETAVEIS: MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS NÃO INJETAVEIS DE "A" a "Z" PARA REPOSIÇÃO DA FARMACIA	R\$ 50.000,00	1,60%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

			MUNICIPAL, CONSTANTES NA TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED) VIGENTE ATUALIZADA CONSTANTE NO SITE DA ANVISA COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALORES DE FABRICA (PF) REGISTRADO NA TABELA. https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/medicamentos/cmed/precos		
VALOR TOTAL ESTIMADO COTA RESERVADA PARA ME/EPP 25%				R\$ 620.000,00	

VALOR TOTAL ESTIMADO DE R\$ 2.180.000,00 (DOIS MILHÕES E CENTO E OITENTA MIL REAIS).

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nos termos do artigo 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura da ata de registro de preços, na forma do artigo 84, da Lei nº 14.133, de 2021, podendo haver prorrogação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7. Consta na minuta da ata de registro de preços maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e execução da contratação.

1.8. A empresa contratada deverá preencher planilha de cotação de preços em até 24 horas, a partir do recebimento do e-mail enviado pela Farmácia Municipal de Ribeirão Corrente.

1.9. Forma de julgamento "Maior desconto por item sobre tabela nacional CMED.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no planejamento das Secretarias Municipais demandantes para o Ano de 2024, com recursos orçamentários reservados para tal ação, conforme decreto municipal nº 2133 de 29 de dezembro de 2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e encontra-se também estabelecida no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.2. Da Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): Não Haverá indicação de marcas ou laboratórios específicos, porém os mesmos devem ser do tipo Ético, Biológico, Similar ou Genérico constante na tabela CMED.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

4.3. Da exigência de amostra: A Dispensa de exigência de amostras na compra de medicamentos pela prefeitura municipal de Ribeirão Corrente prende-se ao fato de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) já impõe rigorosos critérios de liberação dos medicamentos no mercado.

A ANVISA é responsável por regular e controlar a produção, importação, distribuição e comercialização de medicamentos no Brasil. Para que um medicamento seja registrando e liberado para venda no país, é necessário que ele passe por uma série de avaliações rigorosas por parte da ANVISA, envolvendo análise de sua composição química, eficácia, segurança e qualidade.

4.4. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação: Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.6. Validade: A Validade dos medicamentos deverá ser igual ou superior a 12 meses a contar da data da entrega. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada, pela farmácia municipal da Secretaria da Saúde de Ribeirão Corrente poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando o fornecedor, a apresentar Carta de Troca, e proceder a imediata substituição, a vista da inviabilidade de utilização dos itens no período da validade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Condições de Entrega: O prazo de entrega será imediato prazo máximo 24 (vinte quatro) horas, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da Ordem de Fornecimento emitida pelo departamento de compras do município de Ribeirão Corrente, podendo ser parcelada em quantas parcelas forem necessárias conforme a demanda da secretaria municipal de saúde.

5.2. Local e Horário da Entrega: Os medicamentos deverão ser entregues no seguinte endereço na Unidade Básica de Saúde (UBS), na Farmácia Municipal, localizada no endereço Rua: Joaquim Policarpo da Silva, nº 1250, Bairro Monte Alegre, CEP. 14.405-000, Ribeirão Corrente – SP.

Horário: 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

5.3. No caso de produtos Termolábeis, o transporte dos medicamentos deve ser feito com extremo cuidado em relação ao controle de temperatura. Devido à necessidade de uma temperatura restrita, é essencial utilizar caixas térmicas de EPS (isopor) ou bolsas térmicas. Nelas, são distribuídas baterias de gelo espuma ou em gel, reduzindo a entrada do calor externo do ambiente para os produtos transportados.

5.4. Essas embalagens precisam ser submetidas à Qualificação de Transporte, para que possa ser definido o tempo em que elas conseguirão manter a temperatura dos medicamentos dentro de 2 a 8°C. Ou seja, sem que haja variação tanto para mais de 8°C quanto para menos de 2°C, conforme RDC nº430 de 8 de outubro de 2020.

5.5. A Contratada deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos medicamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

- 6.5. Da Fiscalização: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Luciene Cristina da Silva, ocupante do Cargo Atendente ao Público e a Gestora do contrato, Silvana Aparecida Ferreira Mendes, ocupante do Cargo Secretaria de Saúde ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.5. Fiscalização Técnica: Os fiscais técnicos do contrato acompanharão a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, I).
- 6.6. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 6.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 9.11. De forma subsidiária aos regulamentos Municipais, será utilizado o Decreto Federal 11.246/2022, no que dispõe as regras para a atuação do agente de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 9.12. Fiscalização Administrativa: O fiscal administrativo do contrato e seu substituto verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.14. Constituem ainda obrigações relativas à fiscalização Administrativa.
- 9.15. Recepcionar, conferir e atestar da contratada os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e nas exigências da Setor de Contabilidade que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento.
- 9.16. Notificar a contratada sobre irregularidades documentais porventura constatadas durante a execução do contrato.
- 9.17. Providenciar prosseguimento administrativo de possíveis processos de aditamento, rescisões e outros que possam vir a ocorrer, em conjunto com a fiscalização técnica.
- 9.18. Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato.
- 9.19. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.
- 9.20. De forma subsidiária aos regulamentos Municipais, será utilizado o Decreto Federal 11.246/2022, no que dispõe as regras para a atuação do agente de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 9.21. Gestor do Contrato: O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 9.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

9.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

9.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO:

10.1. Do recebimento: Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.7. Da Liquidação: Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante; a Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista por meio consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. A Administração deverá realizar consulta aos documentos de habilitação exigidos na licitação, visando verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

10.12. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação documental.

10.17. Do prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis a contar da liquidação da despesa, conforme seção anterior e Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. Art. 7º. Inc. II.

10.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - de correção monetária.

10.19. Da forma de pagamento: O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO:

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com sistema de REGISTRO DE PREÇO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE TABELA CEMED ANVISA VIGENTE.

11.2. Forma de fornecimento: O fornecimento do objeto será parcelado conforme necessidade.

11.3. Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

11.4. Habilitação Jurídica:

11.4.1. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

11.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.4.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, e Estadual relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6. Qualificação Econômico-Financeira:

11.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.7. Qualificação Técnica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

11.7.1. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional (em nome da licitante) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação – Atestado de Capacidade Técnica.

11.7.2. Alvará Sanitário Estadual ou Municipal em vigor, comprovando que o objeto social da empresa é a prestação de serviços relacionados ao objeto deste termo de referência.

11.7.3. Alvará de Funcionamento expedido pelo município da sede da empresa, no ramo pertinente ao objeto licitado.

11.7.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.7.5. Apresentar a Autorização de Funcionamento de Empresas – AFE, publicada no Diário Oficial da União, respeitando a validade da mesma, emitida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (não serão aceitos protocolos de solicitação).

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.180.000,00 (dois milhões e cento e oitenta mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, para o ano de 2024.

13.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

FICHA Nº 080

10 301 ATENÇÃO BÁSICA

10 301 0150 GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

10 301 0150 2140 0000 SERV. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FICHA Nº 081

10 301 ATENÇÃO BÁSICA

10 301 0150 GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

10 301 0150 2140 0000 SERV. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FICHA Nº 082

10 301 ATENÇÃO BÁSICA

10 301 0150 GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

10 301 0150 2140 0000 SERV. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

FICHA Nº 090

10 301 ATENÇÃO BÁSICA

10 301 0150 GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

10 301 0150 2140 0000 SERV. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FICHA Nº 091

10 301 ATENÇÃO BÁSICA

10 301 0150 GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo
CNPJ: 45.318.789/0001-61
Secretaria Municipal de Saúde

10 301 0150 2140 0000 SERV. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

FICHA N° 109

10 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL
10 302 0150 GESTÃO DE SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL
10 302 0150 2145 MANUT. DAS AÇÕES DE SAÚDE DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10 302 0150 2145 0310 AÇÕES DE SAÚDE DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE – REC. PROPRIO
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FICHA N° 421

10 301 ATENÇÃO BÁSICA
10 301 0150 GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL
10 301 0150 2140 0000 SERV. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FICHA N° 422

10 301 ATENÇÃO BÁSICA
10 301 0150 GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL
10 301 0150 2140 0000 SERV. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS:

Compõem este Termo de Referência:

Apêndice I do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Análise de Riscos

Silvana Aparecida Ferreira Mendes Cargo: Secretaria de Saúde	Fernanda Bertoncini Bertanha Cargo: Chefe do setor de enfermagem
_____ Assinatura	_____ Assinatura
Ribeirão Corrente – SP, 02 de outubro de 2024	